

# Brasil acompanha países islâmicos em votações sobre direitos das mulheres e sexuais na ONU

*Diplomacia de Bolsonaro se abstém de votar sobre investigação de política de extermínio na 'guerra às drogas' nas Filipinas*

[\(O Globo, 11/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Brasil acompanhou a posição de países de maioria islâmica, boa parte deles com governos autoritários, divergindo da quase totalidade das nações europeias e ocidentais, em várias votações sobre direitos sexuais e das mulheres no mais importante órgão de Direitos Humanos da ONU nesta quinta-feira.

O país também absteve-se de votar em uma resolução, aprovada pela maioria do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sediado em Genebra, pedindo a abertura de uma investigação sobre as milhares de execuções extrajudiciais presumivelmente realizadas por policiais nas Filipinas, na chamada “guerra às drogas” do presidente Rodrigo Duterte.

Em uma resolução contra o casamento infantil e forçado, o Brasil votou a favor de uma emenda proposta por Egito, uma ditadura militar, e Iraque para excluir do texto uma referência “ao direito à saúde sexual e reprodutiva”.

A embaixadora brasileira, Maria Nazareth Farani Azevêdo, também votou a favor de outra proposta de emenda, sugerida por Bahrein e Arábia Saudita, monarquias absolutistas do Golfo Pérsico, para enfraquecer recomendação de educação sexual, alterando o texto para não mais recomendá-la “de acordo com a maturidade apropriada” de crianças e adolescentes, mas para torná-la dependente da “devida orientação dos pais e guardiões legais”.

Em votação sobre outra resolução, relacionada à educação sexual, o Brasil

apoiou mudança proposta pelo Paquistão, propondo excluir a recomendação de “garantir o acesso universal à educação abrangente sobre sexualidade baseada em evidências”.

O Brasil não justificou nenhum desses apoios e foi derrotado nas propostas de emenda, com a maioria dos países do Conselho, que tem 47 membros, votando por derrubá-las.

### **Duterte eximido**

A proposta de investigação das execuções sumárias nas Filipinas, feita pela Islândia, foi apoiada por 18 países, incluindo 11 dos 12 europeus, com a exceção da Hungria, que votou contra. O Brasil foi um dos 15 países que se abstiveram, ao lado de Afeganistão, Ruanda, Chile e Japão. Outros 14 países votaram contra, incluindo China e Cuba. A resolução pede ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU para preparar “um relatório escrito abrangente sobre a situação dos direitos humanos nas Filipinas”.

O governo de Duterte diz que 6.600 pessoas “morreram em tiroteios” com policiais, mas organismos de direitos humanos dizem que o número de mortos pode superar 27 mil, e que grande parte das mortes foi de execuções sumárias. Em um relatório divulgado nesta semana, a Anistia Internacional afirma que o morticínio “chega ao limite de configurar um crime contra a humanidade”.

Ao justificar a abstenção, a embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo afirmou que o Brasil “tem acompanhado a situação dos direitos humanos nas Filipinas” e “reconhece importantes medidas para os avanços dos direitos humanos naquele país”, além do “engajamento” de Manila nos Conselho de Direitos Humanos.

— Enquanto reconhecemos os progressos alcançados em tantas frentes, não podemos deixar de expressar nossa preocupação com os relatos de violações de direitos humanos, em particular relacionados à campanha antidrogas. Por esta razão, o Brasil irá se abster nesta resolução — disse Farani Azevêdo.

O texto aprovado pelo Conselho conclama o governo filipino a “tomar todas as medidas necessárias para prevenir execuções extrajudiciais e

desaparecimentos forçados, para conduzir investigações imparciais e para responsabilizar os culpados, de acordo com as normas internacionais, incluindo o devido processo legal e o Estado de Direito”. No voto da embaixadora, o Brasil limitou-se a “pedir para as Filipinas continuarem a cooperação com o Alto Comissariado e com o Conselho de Direitos Humanos, inclusive autorizando visitas”.

Em outra votação, porém, o Brasil votou a favor de resolução contra a Eritreia, que renova o mandato de um relator especial no país. Em sua justificativa, a embaixadora disse preocupar-se “particularmente por restrições aos direitos civis e políticos” e por “denúncias recentes de perseguições, inclusive contra cristãos” no país.

### **Reeleição ao conselho**

Nesta quinta-feira, também aconteceu em Brasília uma reunião entre o Conselho Nacional de Direitos Humanos e o chefe do departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Itamaraty, João Lucas Quental Novaes de Almeida, sobre [a candidatura brasileira à reeleição no Conselho de Direitos Humanos](#), para o triênio 2020-2022.

Ao apresentar os compromissos de sua candidatura, o Brasil excluiu menções a gênero, desigualdade e tortura, e inseriu “o fortalecimento das estruturas familiares” como uma de suas prioridades.

De acordo com o presidente do CNDH, Leonardo Pinho, o Itamaraty recebeu “críticas unânimes na reunião”. A candidatura do Brasil, segundo ele, é considerada “regressiva”.

Em resposta a perguntas enviadas sobre a candidatura na quarta-feira, o Itamaraty respondeu que “a maioria dos itens mencionados estava presente em edições anteriores dos compromissos. Há, nesse sentido, muitos elementos de continuidade, mas também novidades”.

Segundo o ministério, “nem todas as ações e prioridades do governo durante o atual mandato estão refletidas nos compromissos. O documento evita, por exemplo, singularizar grupos ou categorias, ao mesmo tempo que não exclui nenhum segmento”, acrescentou, antes de listar grupos a serem protegidos,

como mulheres, crianças, pessoas com deficiências, idosos e a família, sem incluir pessoas LGBTQ.

Na reunião, o representante do Itamaraty afirmou que, por se tratar de diretriz do governo federal, o termo gênero não deve estar presente em nenhum documento diplomático durante o mandato de Jair Bolsonaro.

Novidades, com continuidades

No passado, durante os governos Lula, Dilma e Temer, o Brasil foi criticado por se abster de condenar violações aos direitos humanos em países como Irã, Síria e Sudão.

No entanto, as emendas que o país apoiou hoje são as chamadas “emendas hostis”, que tentam enfraquecer a força da resolução, afirmou Camila Asano, coordenadora da ONG Conectas Direitos Humanos, credenciada na ONU.

— O país apoiou emendas que visavam enfraquecer textos e tirar informações sensíveis. Isso vai na contramão do que a própria ministra Damares Alves afirma, que a educação precisa ser usada para combater o abuso sexual e a exploração sexual infantil — afirmou. — Não dá para dizer que os votos do país são inéditos, mas essa é uma nova tendência. O normal agora é ver o Brasil ser colocado junto de países párias, que só estão no Conselho para proteger violações aos direitos humanos.

Em relação às Filipinas, Asano afirmou que a abstenção possivelmente busca proteger antecipadamente o Brasil de críticas externas em sua própria guerra às drogas, onde execuções extrajudiciais também são uma realidade:

— A abstenção não só mostra que o país não está preocupado com a população das Filipinas, mas também com o tema, se considerarmos que o Brasil tem uma série de desafios em relação a sua política de drogas — afirmou. — Ao não endossar resolução que condenava absurdos gerados por uma política de drogas, vê-se até onde Brasil vai para preservar uma política cada vez mais agressiva e violadora de direitos humanos. O país se aproxima das Filipinas em um quadro muito preocupante de execuções sumárias.

As votações no Conselho de Direitos Humanos continuam nesta sexta-feira, incluindo resoluções sobre a violência contra a mulher, identidade sexual e

de gênero.

*Por André Duchiade*

---

# **Em vídeo, embaixadora da ONU Mulheres Brasil, Camila Pitanga, lança desafio sobre direitos das mulheres**

**(ONU Brasil, 07/03/2016)** Usando a hashtag #TrocoPresentePorIgualdade, atriz convida cidadãs, cidadãos, poder público e empresas a construir e assegurar a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres brasileiras.

Campanha global no Dia Internacional da Mulher “Por um planeta 50-50: um passo decisivo pela igualdade de gênero” apoia Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dia Internacional da Mulher com consciência, respeito, igualdade salarial, fim da violência e fim do racismo. Estes são os pedidos que a embaixadora da ONU Mulheres Brasil, Camila Pitanga, faz em favor dos direitos das mulheres brasileiras, da igualdade de gênero e do empoderamento as mulheres durante todos os dias do ano.

Em mensagem em vídeo, a atriz conclama a igualdade de oportunidades e os direitos iguais como homenagem a todas as brasileiras, propondo a hashtag #TrocoPresentePorIgualdade. “Você, homem, mulher, governo, sociedade, é capaz de dar este presente? Reconhecer que temos os mesmos direitos? Que este dia te estimule a repensar”, propõe a atriz.

A mensagem da embaixadora da ONU Mulheres se soma à campanha global da entidade no Dia Internacional da Mulher em torno da iniciativa “Por um planeta 50-50: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, em apoio à Agenda 2030 da ONU por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, a igualdade de gênero somente acontecerá se forem eliminadas todas as formas de discriminação contra as mulheres.

“Temos de quebrar o ciclo perverso da violação de direitos das mulheres. Isso implica mudanças concretas e diárias dentro de casa, na maneira como as pessoas vivem, nas estratégias e nos investimentos em políticas públicas, no avanço de leis que garantam os direitos das mulheres, na responsabilidade de empresas para enfrentar barreiras que ainda impedem salário igual e mais poder para as mulheres desenvolverem suas carreiras”, destacou Nadine.

### **Paridade de gênero**

“Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero” é uma iniciativa da ONU Mulheres para que os governos assumam compromissos nacionais para enfrentar os desafios que estão impedem mulheres e meninas de alcançar seu pleno potencial.

Planeta 50-50 surgiu em março de 2015 como proposta da ONU Mulheres de acelerar os compromissos em prol do empoderamento de mulheres e meninas.

A iniciativa está vinculada à Agenda 2030 das Nações Unidas, a ser implementada pelo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que fornece um roteiro abrangente por meio de 17 objetivos globais e 169 metas, para o futuro das pessoas e do planeta.

Dentre as ações do Planeta 50-50, destacam-se novas leis e o fortalecimento de direitos conquistados pelas mulheres.

Outras ações podem incluir a criação de programas para erradicar a

violência contra mulheres e meninas, incentivando a participação das mulheres na tomada de decisão, e investir em planos de ação nacionais ou políticas para a igualdade de gênero, criando campanhas de educação pública para promover a igualdade de gênero.

### **Compromissos do Brasil**

O Brasil foi um dos primeiros países a aderir à iniciativa Planeta 50-50 por meio da sanção da tipificação do crime de feminicídio, em março de 2015.

São outros compromissos do país registrados na plataforma global: garantia de que todas as mulheres em situação de violência encontrar proteção e apoio no programa 'Mulher, Viver sem Violência'; cuidados de saúde materna e assistência às meninas; plano para os cuidados prestados às vítimas de violência sexual por parte de profissionais de segurança pública e de saúde; grupo de trabalho sobre a saúde para as mulheres com deficiência; licença-maternidade para mulheres militares; permissão de registro do nascimento de filhas e filhos sem a presença do pai.

Em setembro de 2015, durante a Reunião dos Líderes Globais, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a presidenta Dilma Rousseff reiterou a sua responsabilidade com as mulheres brasileiras. “Eu lhes trago uma mensagem de compromisso inabalável e firme para implementação da Plataforma de Ação de Pequim”, destacou Dilma.

***Acesse no site: [Em vídeo, embaixadora da ONU Mulheres Brasil, Camila Pitanga, lança desafio sobre direitos das mulheres \(ONU Brasil, 07/03/2016\)](#)***